

Editorial

Sérgio Niza

*M*inicidade para deficientes nasceu no concelho de Gondomar, atira-nos com incontida brutalidade o jornal *O Público*, em notícia de Ana Magalhães, quando redijo esta nota editorial a 2 de Junho de 2003.

Em lugar retirado, sem transportes públicos, nos arredores do Porto, a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral abrirá em Setembro o que chama a Villa Urbana de Valbon. Apesar da designação de Villa como nas residências romanas aristocráticas de campo, acrescentaram urbana para marcar talvez a aproximação às *villas operárias* da revolução industrial do século XIX enquanto territórios contidos de residência de operários afectos ao poder de uma fábrica. Revela-nos a jornalista tratar-se de um vasto terreno com catorze habitações para jovens com paralisia cerebral, um centro comunitário para acolher pessoas em situação de exclusão social, designadamente para mães solteiras e desempregados de longa duração, um centro de apoio ocupacional para deficientes profundos em situação de grande dependência e um centro de actividades de tempos livres.

Refere ainda a notícia que «o sonho dos fundadores» será realizado com a abertura desse «centro comunitário inédito que vai melhorar a qualidade de vida dos deficientes, integrando-os na sociedade» (*sic*). Estes grupos vários e todos excluídos do quotidiano das nossas vidas, contidos em simulada sociedade, passarão a habitar essa Villa destinada a consagrar e a acentuar as suas desvantagens.

Trata-se, com efeito, do retorno inédito aos *refúgios* ou *retiros* de alienados da tradição asilar inaugurada pelos Quakers, na Inglaterra do século XVII, como tão ostensivamente nos ensinou Michel Foucault na sua *História da Loucura*.

Passamos agora a contar com estas Villas, novos espaços morais de exclusão para pessoas com deficiências físicas e mentais, misturadas com outros novos protegidos da «caridade pública». Neste tempo do espectáculo e do corpo em moda para o fascínio que exigimos ou nos oferecem com «glamour» vai ser uma ideia fácil de vender, esta de voltar a segregar de nós os que não cabem nas sociedades *fashion*.

Vale a pena lembrar, no entanto, que ainda em 1942, o Doutor Vítor Fontes se congratulava, em relatório enviado ao Ministério do Interior, com o facto de o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, que dirigia, poder finalmente proceder à selecção dos casos a admitir nos asilos públicos permitindo assim «uma classificação dos asilos consoante a população que os compõem» (*A Criança Portuguesa*, Ano I, n.º 1 e 2, 1942, p. 34). Enquanto isto acontecia em Portugal, tão ao ritmo histórico português, já a Dinamarca iniciara em 1940, e a partir do Parlamento, o grande debate que abalou as consciências no Ocidente para a *normalização* da vida das pessoas até então segregadas do quotidiano das sociedades. Desde então e até aos anos 90 do século passado veio a adoptar-se a estratégia educativa e

social da *integração* física, pedagógica e societal (no viver quotidiano das cidades) como forma de se realizar a *des-segregação* das pessoas vivendo em situação de desvantagem decorrente de deficiências ou de desajustes funcionais. Foi um longo período de revisão de conceitos e de busca de novas respostas técnicas e sociais para re-humanização das nossas vidas. A partir de 90, e após anos de avaliação e debate científico e público, sobre a reduzida eficácia das estratégias de integração utilizadas em alguns países, prosseguiram métodos inaceitáveis de segregação e emergiram, aqui e ali, formas novas de discriminação social mantendo-se ou alargando-se o número de crianças e jovens em insucesso e exclusão nas escolas. Foi necessário, então, encarar de forma mais determinada o princípio de normalização da vida das pessoas em exclusão, sendo adoptado com uma consciência acrescida e como objectivo de justiça, o respeito pelos direitos humanos das pessoas com deficiência, em desvantagem social.

Foi por isso que, em 1994, em conferência de representantes de noventa e cinco, governos e organizações, convocados pela ONU para Salamanca, se veio a declarar a *orientação inclusiva* como o meio mais humano e formativo para que possamos construir sociedades acolhedoras e inclusivas.

Com efeito, no alargado esforço feito ao longo do século XX, para que as pessoas antes segregadas pudessem partilhar com as demais de ambientes normalizantes, as estratégias de integração procuravam adaptar as pessoas em desvantagem à vida das pessoas ditas «normais». Com a estratégia ou orientação inclu-

siva reforça-se o princípio da normalização da vida dessas pessoas, adaptando a organização das instituições da sociedade à satisfação das necessidades específicas de cada um dos seus membros: «A inclusão refere-se à oportunidade que pessoas com deficiências têm de participar plenamente nas actividades educacionais, de emprego, de consumo, de recreação, comunitárias e domésticas que são específicas do quotidiano social» (*Inclusion International*, 1998).

Para que revalorizemos a vida em cidadania, urge sem demora que imponhamos as pessoas com deficiência e os outros excluídos ao quotidiano das nossas vidas. Eles são parte de nós. Têm de viver connosco, nas nossas freguesias e paróquias, nos nossos bairros e escolas, com as adaptações e apoios técnicos já conhecidos.

A profissão que nós elegemos destina-se a *restituir* a homens e mulheres, desde crianças, a sua *humanidade*, a estes que agora querem voltar a segregar como a outros, nos lugares que habitamos e onde exercemos a profissão de formar. É preciso demonstrar com veemência que não estamos dispostos a tolerar mais e novos *apartheid*.

A condição humana funda-se com os outros na sua construtora diversidade. É habitando os lugares da diferença que erguemos a nossa existência comum, partilhando-a. Só dessa imersão no todo de uma comunidade e com outros vários, nossa fonte de humanização, é que retiramos a *força normalizante* do que chamamos socialização ou educação: «a formação do homem como homem», segundo Delfim Santos.